

# Movimentos Alterglobalização e Identidades

---

MARINÚS PIRES DE LIMA\*

CRISTINA NUNES\*\*

## 1. Novos movimentos, novas identidades colectivas

A recente construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra as instituições financeiras e políticas regionais (União Europeia, Área de Comércio Livre entre as Américas) e mundiais (Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e G8), despertou a introdução de novas discussões teóricas no âmbito dos temas da globalização e dos movimentos sociais.

Actualmente, está a constituir-se uma rede de pesquisa internacional, entre vários países da Europa (Espanha, França, Reino Unido, Itália e Portugal). A sua finalidade é analisar, no campo das ciências sociais e, particularmente, da Sociologia, os “movimentos sociais”, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as mais diversas associações da sociedade civil que têm participado activamente nos processos de formação dos protestos colectivos de rua (desde Seattle até à manifestação pacifista global contra a guerra no Iraque) e de criação dos fóruns sociais alternativos (mundiais, regionais e nacionais).

O projecto “Movimentos Colectivos Face à Globalização”, a decorrer no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, integra-se nesta parceria de investigação e inclui o Brasil (país anfitrião de quatro Fóruns Sociais Mundiais).

A novidade e a contemporaneidade da temática, aliadas ao facto de as investigações se encontrarem, presentemente, numa fase inicial dificultam a disponibilidade de novas conceptualizações teóricas. Contudo, existem duas tradições sociológicas (a norte-americana e a europeia), que poderão ser relacionadas com o estudo das novas formas de acção

colectiva no actual contexto de globalização.

A teoria da Mobilização de Recursos (Tilly, 1978), emergente nas décadas de 60/70, nos EUA, analisa os movimentos sociais como grupos de pressão organizados, excluídos dos processos de tomada de decisão políticos, que accionando estratégica e racionalmente determinados recursos – financeiros, técnicos e humanos –, aspiram a aceder aos órgãos de poder político com o objectivo de satisfazerem os seus interesses particulares.

Na Europa, o estudo dos movimentos sociais ficou, nas últimas décadas, fortemente marcado pela sociologia da acção, desenvolvida por Alain Touraine (1984, 2000, 2005) e pelos seus colaboradores Michel Wieviorka (2003a, 2003b), François Dubet (1994) e Antimo Farro (2003). Na perspectiva accionalista, o conceito de movimento social não pode ser confundido com um simples protesto popular ou com meros comportamentos colectivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingirem determinados fins. Só podemos considerar a existência de um movimento social constituído se se conjugarem

---

\* Investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS.

\*\* Assistente de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS.

três princípios: Identidade (I), Oposição (O) e Totalidade (T). Os actores envolvidos na construção da acção comum têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (I); esta identidade construída opõe-se a um ou mais adversários sociais, com quem mantém uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes no funcionamento das sociedades (O) e é necessária a criação de propostas alternativas que conduzam às mudanças sociais desejadas (T).

No processo de pesquisa em curso no ICS, a problemática teórica acompanhará os contributos de Alain Touraine e as análises recentes de Antimo Farro (2003), de Michel Wieviorka (2003a, 2003b) e de Kevin McDonald (2002, 2006) sobre as identidades e acções alterglobalistas. No percurso da análise dos fenómenos empíricos, proceder-se-á à combinação de técnicas de recolha de informação quantitativas (inquérito por questionário aplicado aos actores individuais e colectivos do Fórum Social Português) e qualitativas (entrevistas realizadas aos interlocutores privilegiados portugueses presentes no FSM, análise dos eventos de protesto [*protest event analysis*] baseada em artigos da imprensa nacional e estrangeira e em documentos de suporte electrónico).

### 1.1. Movimentos alterglobalização: a emergência de novas formas de acção colectiva?

A partir da década de 60, com o aparecimento de novos actores colectivos, encetou-se, na Sociologia, um processo de produção teórica e empírica intensivo sobre a acção colectiva, actualmente consagrada como um objecto de pesquisa e um campo do saber sociológico legítimos. À semelhança do que ocorreu nos idos anos 60, com o despontar dos movimentos feministas, ecologistas e pacifistas, a emergência das iniciativas de contestação ao modelo de globalização neoliberal despertou um ciclo de debates sobre a renovação e reconstrução dos quadros analíticos utilizados na compreensão e explicação dos fenómenos de mobilização colectiva.

Ao analisarmos os novos protestos colectivos em torno da globalização distinguem-se, sobretudo, três características: a *pluralidade* das identidades nos actores participantes, a importância da afirmação da *subjectividade* de cada um dos actores individuais e colectivos e a *fluidez* das formas de organização que corporizam os relacionamentos entre os diversos actores (Farro, 2003).

A *pluralidade* das identidades colectivas está presente no espectro das *mobilizações* e das *campanhas* alterglobalização (Wieviorka, 2003b): desde os chamados movimentos da juventude (ligados à cultura dos movimentos *squatters* e das organizações de *media* alternativos), aos “novos movimentos sociais” [na acepção de Touraine (1984)], aos sindicatos de trabalhadores industriais e às organizações agrárias e de camponeses, até às Organizações Não Governamentais (ONGs) que actuam a nível mundial sobre temas tão variados como os direitos do homem, o comércio justo ou a regulação das transacções económicas mundiais (Wieviorka, 2003a). Em relação às *identidades*, como defende Jorge Vala (Vala, 2003), elas devem ser consideradas como processos e não como essências. São não só muito diversificadas mas também o resultado de processos sociológicos e psicológicos contextualmente activados.

Esta coexistência heterogénea é possível devido ao facto de os diversos actores activarem uma rede de comunicação *fluida* e não-vinculativa, onde conseguem chegar a consensos gerais tanto no que se refere às críticas dirigidas à globalização neoliberal como no que concerne às possibilidades de construir um mundo alternativo. É justamente esta convergência, num sentido muito lato, que permite a afluência massiva das mais variadas organizações às manifestações e aos fóruns sociais alternativos. Esta convergência só é possível porque o envolvimento na rede não implica que os indivíduos diluam a sua especificidade cultural ou qualquer outro aspecto da sua idiosincrasia. Pelo contrário, eles enfatizam a importância de proteger, afirmar e alcançar o reconhecimento da sua *subjectividade* no desenvolvimento da acção colectiva (Farro, 2003).

As características emergentes nos movimentos alterglobalização – a *diversidade* das identidades, a assunção da importância do *envolvimento pessoal* na formação da acção colectiva e o desenvolvimento de formas de organização cada vez mais baseadas nos *fluxos comunicativos das redes* –, conduziram Kevin McDonald (2006) a reflectir sobre a ortodoxia estabelecida na sociologia dos movimentos sociais em torno do conceito de *identidade colectiva*. Segundo o autor, a partir da década de 80 instituiu-se, principalmente na sociologia norte-americana (McAdam *et alii*, 2001), que a acção colectiva só pode ocorrer na existência de uma identidade colectiva comum, baseada na partilha de uma experiência de vida e em laços de solidariedade fortes. Para criticar este modo de perspectivar a forma de estruturação da acção colectiva nos movimentos sociais, o autor parte do conceito de identidade avançado por A. Touraine (1984) no estudo do movimento operário. Segundo Touraine, o movimento operário era constituído por “uma face ofensiva” e por uma “face defensiva” (Wieviorka, 2003a). A face defensiva representava o lado do movimento operário que “contestava as formas de organização do trabalho” (McDonald, 2002), e a face ofensiva expressava a habilidade e a competência para se debater afirmativamente com o opositor: “o actor, aqui, é um negociador que se apoia na sua identidade para entrar em discussões com o seu adversário social” (Wieviorka, 2003a).

Durante um longo período, estas duas faces permaneceram separadas, mas num determinado momento histórico uniram-se, conseguindo formar uma identidade coesa e forte. Para Touraine, “é a síntese destes dois lados da identidade que permite a constituição de um movimento social dos trabalhadores”. No entanto, esta “síntese é frágil e tem de ser constantemente refeita” (McDonald, 2002).

McDonald (2002), baseando-se na perspectiva teórica da Sociologia da Acção, sugere que, nos movimentos envolvidos nos conflitos da globalização, a construção da identidade, por envolver diferentes faces que veiculam interesses distintos, não seja perspectivada como um processo pacífico, de onde resultaria um “produto

de identidade” imutável e não-transformável, mas como uma acção dinâmica atravessada por conflitos internos que obrigam a negociações reiteradas.

A partir destas considerações, o autor propõe que, para compreender as acções colectivas em torno da globalização, é necessária uma mudança paradigmática que substitua os termos de *solidariedade* e *identidade colectiva* pelos de *fluides* e *experiência pública do self* (McDonald, 2002). Em primeiro lugar, porque nas iniciativas alterglobalização se faz a apologia da cultura das redes e dos processos de organização fluidos, tentando-se respeitar os princípios da horizontalidade, da descentralização e da não-nomeação de líderes. Em segundo lugar, porque muitos dos participantes nestes eventos não partilham uma cultura de solidariedade assente numa identidade comum que os conduz a oporem-se aos processos de globalização. Muitos dos actores afirmam participar nestas acções porque lhes é possível afirmar características da sua identidade pessoal e da sua subjectividade que lhes são negadas pelos processos de globalização em curso. Por outro lado, existem ainda indivíduos que têm uma actividade multiparticipativa e/ou efémera nos encontros alterglobalização: são actores que pertencem simultaneamente a várias organizações, que se desvinculam facilmente de uma dada causa ou, ainda, que se juntam a estes protestos de forma transitória, chegando mesmo a constituir uma determinada forma de organização para um único protesto de luta.

No entanto, a inexistência de vínculos duradouros e laços fortes entre os vários actores colectivos e, por conseguinte, de uma identidade colectiva comum e partilhada pode conduzir à ausência da edificação de um conflito social ao nível da *historicidade* (Touraine, 1984). Segundo Farro (2003), os movimentos alterglobalistas constroem simultaneamente um modelo de acção colectiva que estabelece dois tipos de relação diferentes com os seus opositores. Por um lado, tentam edificar uma relação conflitual, onde não só contestam as medidas políticas preconizadas pelos dirigentes mundiais como tentam apresentar propostas alternativas. Existe um

empenho deliberado para desenvolver uma acção que, nos seus estádios iniciais, procura não só uma intervenção a nível institucional, mas também uma eventual abertura do sistema político para alcançar a definição de novas regulações políticas que combinariam as reivindicações sociais e culturais com o crescimento económico (*id.*, *ibid.*). Por outro lado, num segundo campo de construção da acção colectiva não é edificado qualquer tipo de conflito entre os actores alterglobalistas e os seus adversários. Também para Wieviorka (2003a), a luta alterglobalista, no seu estádio actual, não pode ser perspectivada como um *movimento social constituído*<sup>1</sup> porque não se dotou ainda de um projecto nem de uma definição suficientemente clara de adversário.

Os dois autores (Farro e Wieviorka) estão longe de considerar as acções alterglobalistas um movimento social. A nosso ver, a primeira definição, avançada por Faro, sobre os tipos de relações de oposição construídas pelos movimentos alterglobalistas é a que mais se aproxima do conceito de movimento social de A. Touraine e Wieviorka. Não obstante o facto de não existir uma identidade constituída (Princípio da Identidade), persiste a intenção de construir uma relação conflitual com os adversários (Princípio da Oposição) que dirigem as dimensões da vida colectiva e de apresentar propostas que transformem as orientações económicas, sociais e culturais do “projecto” de globalização neoliberal (Princípio da Totalidade). No segundo caso, poder-se-á afirmar que não há qualquer tipo de relação entre os “movimentos sociais” e os seus opositores, nem sequer o propósito de construir um conflito. O que existe são formas de acção críticas que rejeitam as orientações gerais da sociedade, sem tentarem empreender um “projecto de sociedade alternativo”.

Apesar de partilharmos a assunção de que não estamos perante a emergência de um novo movimento social, pensamos que não se pode olhar para estes fenómenos como protestos simples, pouco relevantes para a análise sociológica.

Pelo contrário, não se pode negar a importância do aparecimento dos movimentos alterglobalização na renovação dos paradigmas sociológicos que se dedicam ao estudo da acção colectiva.

Ora, a transposição dos modos de funcionamento das novas tecnologias da informação e comunicação e, nomeadamente, na Internet, para os modelos de acção colectiva, conduz a repensar profundamente os conceitos sociológicos utilizados na explicação e compreensão dos movimentos sociais do presente.

Mas se é verdade que as formas de organização e as relações construídas dentro dos movimentos sociais são, mais do que no passado, descentralizadas, não-vinculativas e espontâneas, também é verdade que estas designações escondem, obscurecem e tornam mais difícil o processo de compreensão e de desocultação das dinâmicas de liderança e das relações e lutas de poder que se estabelecem.

Por outro lado, termos como “fluidez” e “subjectividade” são cada vez mais utilizados no estudo dos movimentos sociais para designar, respectivamente, o tipo de relações construídas entre os actores e a afirmação da identidade pessoal no desenrolar das iniciativas alterglobalização. Mas em torno destes conceitos existe todo um campo de análise por explorar, principalmente no que diz respeito ao envolvimento da identidade pessoal na formação das identidades grupais e às dinâmicas de interacção dialécticas que se estabelecem entre o sujeito individual e o sujeito colectivo. É tempo de as teorias dos movimentos sociais recuperarem um tema que tem sido, muitas vezes renegado e esquecido.

## **2. Fórum Social Mundial: a diversidade das identidades nos movimentos alterglobalização**

Em Janeiro de 2001, com a realização do 1.º FSM (por contraposição ao Fórum Económico Mundial de Davos [FEM]), às acções de contes-

---

<sup>1</sup> Wieviorka concebe três estados de movimento social: 1. *movimento social constituído*; 2. *desestruturação de um movimento social*; 3. *anti-movimento social*.

tação colectivas de rua, uniram-se os espaços de debate e reflexão alternativos. Sob o lema de “Um Outro Mundo é Possível”, milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, políticos e cidadãos anónimos dos quatro cantos do mundo reuniram-se, pela primeira vez, em Porto Alegre – a capital do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil –, para discutirem criticamente as consequências económicas, sociais e ambientais causadas pela globalização neoliberal e encontrarem propostas alternativas que promovam uma globalização ética e solidária.

O FSM pode ser perspectivado como um encontro mundial da diversidade das identidades sociais e culturais presentes nos movimentos alterglobalização. O facto de este espaço se assumir como um campo de (inter)acção abrangente e diversificado, onde não se adoptam posições e documentos vinculativos a todos os participantes, e como um processo descentralizado onde se integram outros locais de dinamização da acção colectiva (manifestações, fóruns nacionais e regionais) permite a confluência de “movimentos sociais” com identidades e objectivos distintos – mulheres, ecologistas, minorias étnicas, homossexuais, camponeses, desempregados, sindicalistas, imigrantes, representantes de comunidades religiosas, organizações de desenvolvimento humanitário, movimentos políticos, jovens, intelectuais e trabalhadores. O FSM pretende ser um local onde os “movimentos sociais” e as ONGs podem simultaneamente dar a conhecer as suas lutas nacionais e regionais por uma globalização solidária e estabelecer ligações, através das suas afinidades identitárias e temáticas, com outros actores colectivos, ao nível das acções e reivindicações a desenvolver.

Existem propostas que têm sido amplamente mediatizadas e difundidas, como a taxa Tobin (defendida pela ATTAC), a anulação da dívida externa dos países mais pobres, a democratização das instituições financeiras mundiais ou a sua substituição por outras instâncias, a introdução de direitos laborais e sociais (*core labour standards*) nos países mais pobres, a implementação do orçamento participativo, entre outras. No entanto, a concepção de vínculos formais ou informais

em torno e pela defesa destas causas, nunca será da responsabilidade do FSM, mas apenas das suas entidades promotoras. Se o FSM avançasse com propostas alternativas globais violaria um dos seus princípios constitutivos: dar voz à pluralidade e à diversidade social e cultural.

Nas duas primeiras edições (2001 e 2002), o FSM conseguiu afirmar-se como opositor legítimo do FEM. Em 2003, com a presença do recém-eleito presidente do Brasil (Luiz Inácio “Lula” da Silva) e com a sua transmissão da mensagem de Porto Alegre a Davos – por uma globalização solidária e pela paz no mundo – o FSM adquiriu ainda uma maior projecção mediática internacional. Por outro lado, apesar dos diferentes significados políticos, sociais e culturais que envolvem as acções dos “movimentos sociais” presentes em Porto Alegre, neste ano, a chamada sociedade civil não-governamental uniu-se em torno de um objectivo comum: protestar pacificamente contra a emergência de uma intervenção militar anglo-americana no Iraque e alertar a opinião pública mundial para as consequências dramáticas e devastadoras desta guerra.

Com o propósito de descentralizar e de mundializar o FSM, em 2004 este realizou-se na Índia. Esta deslocação teve a finalidade de integrar neste processo as organizações que, devido à falta de recursos económicos, se têm visto impossibilitadas de viajar até ao Brasil.

Depois desta breve passagem pelo continente asiático, o FSM (2005) regressa ao Brasil e à sua cidade natal. Este ano, um dos objectivos principais dos seus organizadores foi o de atender às críticas dirigidas aos mecanismos de funcionamento do evento. O facto de certos actores colectivos lamentarem que as características do FSM mais elogiadas – a não-hierarquização das organizações – não têm vindo a ser rigorosamente exercidas, conduziu a que se avançasse com novas formas de organização. Deste modo, os responsáveis pela organização do FSM adoptaram uma metodologia baseada em práticas mais horizontais e fluidas. Estas foram desenvolvidas através de uma consulta-temática, realizada através de um questionário, disponível *on-line*, onde foram inquiridas 1863 organizações. Tal auscul-

tação teve como finalidade antever os temas que os diferentes participantes gostariam de ver debatidos no FSM, assim como possibilitar redes de contacto mais próximas entre os actores que se dedicam à defesa das mesmas causas. Outra das mudanças levadas a cabo para democratizar os modos de participação no FSM foi a de alargar as práticas organizacionais autogestionadas, circunscritas nos FSMs anteriores às oficinas e seminários, aos grandes acontecimentos, nomeadamente às conferências e palestras.

Para além destas alterações estratégicas, há ainda que salientar que o FSM continuou a crescer em todos os níveis de participação. A sua manifestação de encerramento, com a adesão de 200 000 pessoas, foi a mais participada de sempre.

Em 2006, a realização do FSM experimentou um novo rumo: pela primeira vez, realizou-se simultaneamente em diferentes regiões do mundo – Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Carachi (Paquistão). Em 2007, o FSM realizou-se no Quênia, na cidade de Nairobi, com o intuito de discutir os problemas inerentes ao continente africano e de oferecer às organizações africanas a oportunidade de participarem *in loco* no maior encontro dos actores altermundialistas. Em 2009, o FSM regressará ao Brasil, mas desta próxima vez realizar-se-á na cidade de Belém, no Estado do Pará.

### **3. O despontar das iniciativas portuguesas em torno da globalização neoliberal: o caso do Fórum Social Português**

Em Portugal, as iniciativas colectivas alterglobalização foram desencadeadas por influência da realização do Fórum Social Mundial (FSM). Depois de um esforço e empenho colectivos, por parte das associações e ONGs, para desenvolver

uma dinâmica de acção e reflexão conjuntas, realizava-se, em Junho de 2003, a primeira iniciativa alterglobalização. Sob o lema de que “um outro mundo e um outro Portugal são possíveis”, feministas, ecologistas, homossexuais, agricultores, sindicalistas, grupos de defesa dos direitos humanos, associações contra a especulação financeira e pela regulação dos movimentos de capitais, jovens e intelectuais reuniram-se, não só com o intuito de dar continuidade ao processo iniciado em Porto Alegre, mas também de glocalizar os protestos contra o neoliberalismo e de procurar construir uma “alterglobalização”.

A diversidade de temas e causas tratadas no FSP não foi sinónimo de uma participação heterogénea nos níveis social e cultural: a desejada participação alargada, por parte dos organizadores, de todas as camadas socioeconómicas não foi cumprida, já que, considerando os dados do inquérito aplicado aos participantes no FSP<sup>2</sup>, aderiu fundamentalmente um público jovem (53,9% dos indivíduos que participaram no FSP possuíam idades compreendidas entre os 19 e os 35 anos), com formação superior (76% dos inquiridos do sexo feminino possuem o grau de ensino superior, contra 71,5% dos inquiridos sexo masculino) e desempenhavam maioritariamente actividades profissionais qualificadas. Segundo os mesmos dados, o número de inquiridos do sexo feminino foi superior aos do sexo masculino, respectivamente 51,6% e 48,4%. No que diz respeito à variável idade, os homens apresentaram uma idade média superior à das mulheres: 42,5 e 36,8 anos.

Importa chamar a atenção para o facto de, nos movimentos altermundialistas, a experiência dos orçamentos participativos, de que o exemplo mais conhecido é o de Porto Alegre, ser um factor relevante de mobilização. E esta experiência já não se limita à América Latina, pois são conhecidos vários exemplos na Europa (pelo menos, dez países europeus, de que o mais importante é o de Sevilha). E, também, em Portugal se come-

---

<sup>2</sup> Estes dados são o resultado de um inquérito aplicado no FSP pelo CIDAC e foram retirados do livro *Um Outro Mundo é Possível. Mas não será fácil!* Segundo os dados publicados, foram inquiridos 288 indivíduos para um universo de 1880 participantes, considerando apenas a população inscrita oficialmente no FSP.

çam a fazer experiências semelhantes: citam-se, entre outros, os casos de Palmela, São Brás de Alportel, Carnide e Alcochete.

Mas se é verdade que o FSP contribuiu para a dinamização dos modos de construção e funcionamento de determinados tipos de acção colectiva, possibilitando a aproximação e o encontro de actores distintos, também é verdade que as diferenças identitárias provocaram fortes divergências. A realização do FSP acabou por evidenciar as fragilidades estruturais dos “movimentos sociais” portugueses e a sua dependência face às formas institucionais de participação cívica, nomeadamente das preconizadas pelos partidos políticos. O FSP terminou de forma conflitual. Os actores colectivos portugueses ainda se reuniram para fazer o balanço do FSP e tentar agendar a data da sua segunda edição. Inicialmente, apesar das dissensões existentes, ainda se conseguiu alcançar o consenso de que, devido às debilidades dos “movimentos sociais” portugueses, não se justificava uma edição anual, ficando assim o primeiro quadrimestre de 2005 como o período de realização provável do próximo FSP.

Assim, a 2.ª edição do FSP realizar-se-ia somente em 2006, na cidade de Almada, com uma afluência muito menor, quer dos “movimentos sociais”, quer dos cidadãos portugueses em geral. Estima-se que, em 2003, estiveram presentes cerca de 237 organizações e que, em 2006, este número baixou consideravelmente para 100. Estes níveis de fraca participação deverão ser objecto de reflexão para pensarmos o estado da alterglobalização em Portugal.

#### 4. Conclusões

Importa salientar algumas características do estado da alterglobalização em Portugal.

É clara a capacidade crescente de os actores sociais funcionarem em “rede”, assumindo uma forma de participação horizontal, democrática e transparente, o que lhes dá uma dimensão global e uma articulação com os diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional).

Por outro lado, se a acção de organizações (nomeadamente, os partidos políticos e a ATTAC) e as campanhas (por exemplo, em torno da contestação da guerra do Iraque e da discriminação dos homossexuais) existem, o atributo mais relevante é o da *mobilização* – que se pode considerar a maior força do FSP – (Wieviorka, 2003a, 2007). A pluralidade dos temas é a prova disto: educação multicultural, direitos humanos, luta contra o racismo e o sexismo, direitos reprodutivos das mulheres, paz, desenvolvimento local, etc.

A desarticulação da identidade, da oposição e da totalidade é evidente: diferenciação entre os vários tipos de consciências, dificuldade em encontrar interlocutores, projectos alternativos pouco claros (Lima *et alii*, 1992).

E estas conclusões são transponíveis para outros “movimentos sociais” mais recentes: movimentos femininos, ecológicos, juvenis, pacifistas, regionais, de consumidores, etc.

Daí a dificuldade de elaborar uma estratégia clara, relativamente a um objectivo comum, ambição que também não parece ao alcance de cada um dos agrupamentos, atendendo a que todos eles se compõem de tendências contraditórias.

Mas os dilemas permanecem. As características da sociedade portuguesa evidenciam a relativa debilidade e imaturidade dos “movimentos sociais” e da sociedade civil nas suas relações com os partidos políticos e os sindicatos. Além disso, a dimensão defensiva prevalece sobre a ofensiva.

Também as orientações *radicais* coexistem dificilmente com as reformistas.

Não tem sido também fácil a capacidade de *autonomização* em relação aos partidos políticos. Esta afirmação não implica que defendamos um fundamentalismo antipartidos, que tornaria impossível a articulação entre democracia participativa e democracia representativa. Acresce que a orientação que privilegia a horizontalidade das redes não é compatível com tradições burocráticas clássicas.

Apesar destas limitações, podemos defender que as orientações dominantes já são por uma *outra* globalização e não já só contra a globalização. E começa também a emergir uma orientação

que consideramos fundamental, que privilegia valores e práticas como a solidariedade, a fluidez, a subjectividade, a acção directa, os fluxos comunicativos, a vida quotidiana e a reflexividade (McDonald, 2006).

Em qualquer caso, o estado da alterglobalização em Portugal ainda não ultrapassou as características de movimento histórico ou político, não tendo ainda atingido a significação de movimento social, porque não se transitou ainda da função crítica das manifestações ao seu possível significado positivo.

## Bibliografia

- Associação para a Gestão do Fórum Social Português 2003 (org.) (2006), *Um Outro Mundo é Possível... Mas não Será Fácil!*, Lisboa, Edições Colibri.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, tradução portuguesa.
- DUBET, François (1994), *Sociologie de l'Expérience*, Paris, Seuil.
- FARRO, Antimo (2000), *Les Mouvements Sociaux*, Quebec, Presses de l'Université de Montréal.
- (2003), "Le tournant italien" in WIEVIORKA, M. (dir.), *Un Autre Monde...*, Paris, Éditions Balland.
- GOHN, Glória (org.) (2003), *Movimentos Sociais no Início do Século XXI – Antigos e Novos Atores Sociais*, Petrópolis, Vozes.
- HELD, David e MCGREW, Anthony (eds.) (2001), *The Global Transformations Reader*, Cambridge, Blackwell Publishers.
- LIMA, Marinús Pires *et alii* (1992), *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Salamandra.
- LIMA, Marinús Pires e NUNES, Cristina (2003), "Movimentos colectivos na era da globalização" in *Janus 2004 – Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público/UAL.
- McADAM, Doug *et alii* (2001), *Dynamics of Contention*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McDONALD, Kevin (2002), "From Solidarity to Fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisations conflicts", *XIV Congresso Mundial de Sociologia*, Brisbane.
- (2006), *Global Movements: Action and Culture*, Oxford, Blackwell Publishing.
- NUNES, Cristina (2004), *Movimentos Alterglobalização: a emergência de novas formas de acção colectiva?*, Lisboa, ISCTE.
- REBELO, José (coord.) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2005), "A crítica da governação global: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 72, pp. 7-44, Coimbra.
- TILLY, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Nova Iorque, Random House.
- TOURAINÉ, Alain (1984), *O Retorno do Actor*, Lisboa, I. Piaget.
- TOURAINÉ, Alain e KHOSROKHAVAR, Farhad (2000), *La Recherche de Soi. Dialogues sur le Sujet*, Paris, Fayard.
- TOURAINÉ, Alain (2005), *Un Nouveau Paradigme. Pour Comprendre le Monde d'Aujourd'hui*, Paris, Fayard.
- VALA, Jorge (2003), *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta.
- WIEVIORKA, Michel (2003a), "Os movimentos antimundialização" in REBELO, José (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.
- (dir.) (2003b), *Un Autre Monde...*, Paris, Éditions Balland.
- (2007), *A Nova Primavera do Político*, Lisboa, Guerra e Paz.